

PÁG 2

Não há contribuição contrária à liberdade de escolha: Abraceel mostra balanço da discussão sobre abertura de mercado para o MME

PÁG 4

CCEE entrega proposta conceitual para abertura do mercado

PÁG 6

Abraceel e Volt apresentam Match da Energia ao Grupo Técnico

PÁG 8

13º Encontro Anual do Mercado Livre volta a ser presencial na Bahia

PÁG 10

Nova Resolução do CNPE é publicada com erro

PÁG 12

Abraceel na Mídia

PÁG 13

Curtas

PÁG 18

Próxima Semana e Calendário Abraceel



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

## Não há contribuição contrária à liberdade de escolha: Abraceel mostra balanço da discussão sobre abertura de mercado para o MME

### Matéria em 1 minuto:

- Abraceel apresentou ao MME o mapeamento das contribuições da TS 10/21 da Aneel sobre abertura do mercado;
- O resultado da análise das contribuições está em linha com a proposta e o estudo Abraceel/Thymos sobre o tema;
- A Associação detalhou o mapeamento e enviou ao Ministério para que possa auxiliar os tomadores de decisão na abertura.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**



No dia 23.11, a Abraceel se reuniu com Agnes da Costa, Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios, e equipe, para apresentação do mapeamento das contribuições à Tomada de Subsídios 10/21 da Aneel, que visa obter subsídios à elaboração de estudo sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para consumidores com carga inferior a 500 kW.

Yasmin Martins, Assessora de Energia da Abraceel, apresentou o mapeamento feito pela Associação reiterando não existir nenhuma contribuição contrária à abertura do mercado e que quase a totalidade das contribuições defendeu que a opção de escolha do fornecedor deve ser dada a todos os consumidores.

Já em relação ao cronograma, a maioria acredita que depende de pré-requisitos, consistentes com outras ações da modernização, além de muitas menções sobre ser de forma gradual. Especificamente em relação à alta tensão, é notável a convergência em relação à possibilidade de abertura total em 2024. Já para a baixa tensão, as contribuições ficam mais dispersas, mas há uma concordância no horizonte de cinco anos.



Para o tratamento dos contratos legados, as respostas vieram com um mix de soluções, sendo a mais recorrente o aperfeiçoamento dos mecanismos de desconstratação. Também figuram como principais soluções um cronograma de abertura que acompanhe os contratos legados e a criação do encargo de sobrecontratação.

Grande parte das contribuições não se manifestou a respeito da separação fio e energia, o que indica que não é condicionante para a abertura de mercado. Já para a questão do Supridor de Última Instância (SUI), 60% concordam com a criação dessa figura, especialmente para o atendimento de consumidores vulneráveis, atendidos por políticas públicas e inadimplentes que não puderem ter o fornecimento suspenso (amparados por decisões judiciais).

Sobre faturamento, observa-se que apareceram outras possibilidades, além da fatura única ou separada. É possível uma única fatura como opção voluntária e fatura única para baixa tensão e opcional para a alta. Contudo, essas opções novas indicam que 60% das contribuições sugerem a permanência da fatura separada por serviço.

A maioria das contribuições mostram um cenário em que não se criam obstáculos de medição para a abertura de mercado: seria viável com o medidor existente ou a troca no momento da migração. Sobre o comercializador regulado, a maioria expressa que a distribuidora pode exercer esse papel.

Por último, foram analisados os aperfeiçoamentos sugeridos para a comercialização varejista, em que diversas sugestões apareceram, como a criação do agregador de medição, a digitalização dos processos, a necessidade de uma fronteira clara entre atacado e varejo. Porém, os aperfeiçoamentos mais recorrentes giram em torno da temática do corte do inadimplente, em que uma regulamentação eficaz se faz necessária.

Agnes agradeceu a apresentação e o mapeamento realizado pela Abraceel e disse que o MME já está em contato com a Aneel para a discussão dos diversos pontos mencionados na apresentação, além do Ministério estar em linha com os resultados das contribuições dos agentes à TS 10/21.

Quando questionado sobre a posição da Abraceel para a abertura do mercado para a baixa tensão, Reginaldo afirmou que a Associação defende a criação de um cronograma de abertura claro e bem estabelecido para que o mercado consiga se preparar. A sugestão da Abraceel é a abertura total da alta tensão em 2024 e início para a baixa tensão em 2026.

Agnes afirmou que o MME está aguardando até o final de janeiro, prazo estabelecido pela Portaria 465/19, a Aneel e CCEE enviarem suas contribuições e estudos sobre o tema. A Abraceel enviou detalhamento da análise das contribuições em cada item apresentado ao Ministério para que possa auxiliar no endereçamento de ações do estudo.

A íntegra da apresentação está na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.



## **CCEE entrega proposta conceitual para abertura do mercado**

### **Matéria em 1 minuto:**

- Marcelo Loureiro, Conselheiro da CCEE, reapresentou para a Abraceel a proposta da Câmara para abertura do mercado livre;

- A nota técnica, que é a primeira parte do estudo com propostas para a abertura, foi entregue ao MME e à Aneel.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia 22.11, a Abraceel se reuniu pela segunda vez com o Conselheiro da CCEE, Marcelo Loureiro, para apresentação da nota técnica sobre abertura do mercado da Câmara, a qual está em linha o estudo da Abraceel/Thymos realizado no começo do ano.

Marcelo apresentou a proposta conceitual da CCEE, que pauta a abertura de mercado em três premissas: sustentável, contínua e previsível. Além de analisar a simplicidade e expertises do mercado e a análise de experiências do mercado.

Os destaques da proposta se voltam para a não obrigatoriedade da troca de medidores atuais para a abertura, embora entendam que a modernização dos equipamentos torna o dia a dia mais prático com os novos produtos.

Além disso, julgam necessária a figura do Supridor de Última Instância (SUI) para os consumidores que tiveram seu fornecimento descontinuado por inadimplência do vendedor. A figura serviria para evitar o desligamento de tais consumidores e evitar problemas para as distribuidoras.

Sobre a comercialização regulada, acreditam que o papel continuará com as distribuidoras, com a manutenção dos atuais fornecimentos, além de defenderem que a separação fio e energia é necessária, mas não vinculante para a abertura do mercado.

Já sobre a comercialização varejista, Loureiro apresentou os avanços regulatórios necessários para enfrentar essa barreira, além das evoluções regulatórias já em análise: desligamento ágil de consumidores inadimplentes, agregação de medição simplifica os processos, e revisão das obrigações para consumidores se organizarem como varejistas.

Defendem também o modelo de fatura única, com vistas a simplificar para o consumidor final, facilitar a identificação da inadimplência e evitar que se pague apenas um produto/serviço.

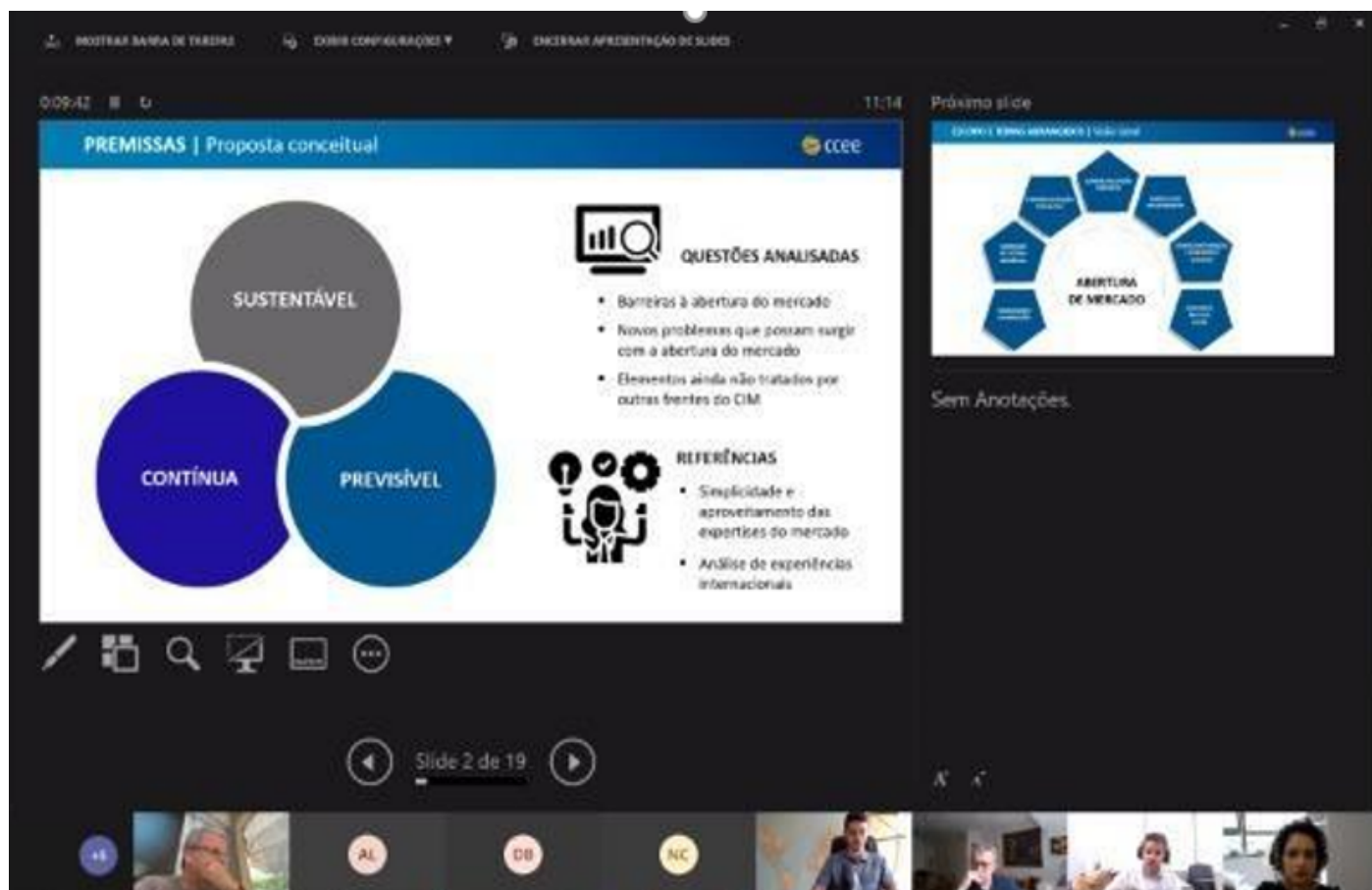
A respeito dos contratos legados, a CCEE apresentou dois caminhos para o tratamento desses contratos. Um que visa evitar novos legados e rever os atuais, como Itaipu, além da gestão ativa do portfólio das distribuidoras e da separação lastro e energia. Esse caminho busca aprimorar os vasos comunicantes entre os dois ambientes de contratação.

Por último, a proposta visa evitar o aumento da CDE e garantir a sustentabilidade das migrações, assim propõe que o consumidor de baixa tensão não tenha direito ao desconto das fontes incentivadas.

Ao final, Loureiro propôs que a Abraceel realize estudos para entender por que aqueles consumidores que já podem ser livres ainda não o são e propor melhorias para a comunicação no setor.

Além disso, reforçou que foi bem recebido pelas outras associações ao apresentar a proposta de abertura do mercado e que o próximo passo, que já está sendo discutido e elaborado dentro da Câmara, é a definição clara de um cronograma de abertura.

A íntegra da apresentação e da proposta da CCEE estão no site da Abraceel, seção “Apresentações”.



**PREMISSAS | Proposta conceitual** CCEE

**SUSTENTÁVEL**

**CONTÍNUA**

**PREVISÍVEL**

**QUESTÕES ANALISADAS**

- Barreiras à abertura do mercado
- Novos problemas que possam surgir com a abertura do mercado
- Elementos ainda não tratados por outras frentes do CIM

**REFERÊNCIAS**

- Simplicidade e aproveitamento das expertises do mercado
- Análise de experiências internacionais

**Próximo slide**

**ABERTURA DE MERCADO**

Sem Anotações.

Slide 2 de 19

## Abraceel e Volt apresentam Match da Energia ao Grupo Técnico

### Matéria em 1 minuto:

- O objetivo do site é divulgar indicadores que mensuram a diferença entre o planejamento da operação definido pelos modelos computacionais e a operação real do sistema elétrico, visando estimular a busca por melhoria nos modelos de formação de preço;

- O Match da Energia está em linha com o planejamento do ONS, no qual um dos objetivos é realizar aproximação entre o Dessem, a Programação Diária e a Operação.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**

O Grupo Técnico da Abraceel se reuniu no dia 23.11, para apresentação da primeira versão do site “Match da Energia”, desenvolvido pela Associação em conjunto com a consultoria Volt Robotics. A reunião contou com a participação de cerca de 100 representantes de associadas.



Donato Filho, da Volt Robotics, destacou o objetivo do site, que é divulgar indicadores que mensuram a diferença entre o planejamento da operação definido pelos modelos computacionais e a operação real do sistema elétrico, visando estimular a busca por melhoria nos modelos de formação de preço.

A elaboração dos indicadores está em linha com o planejamento estratégico da Abraceel 2021-2024 definido pelas associadas, em que uma das metas definidas se trata da elaboração de indicador de monitoramento dos resultados dos modelos e da operação real.



Além disso, o Match está em linha com o planejamento do ONS, no qual um dos objetivos é realizar aproximação entre o Dessem, a Programação Diária e a Operação, e para isso devem ser elaborados indicadores, sendo que um deles refere-se ao acoplamento entre o planejamento da operação e a operação real.

O site, que terá ampla divulgação em breve, mostra os indicadores de Match em função da carga, geração termelétrica, geração hidrelétrica e geração eólica, além de permitir análise por período.

Finalizando a reunião, Bernardo Sicsú reforçou que o objetivo da Associação em divulgar os indicadores de Match é promover a discussão sobre a necessidade de aprimoramento nos modelos que formam preço e trabalhar junto com as instituições governamentais para efetuar tais aprimoramentos.

Na ocasião, as associadas ponderaram que a carga quando comparada em base diária tende a ter alto acoplamento entre planejamento da operação e a operação real, todavia, quando comparada a períodos superiores, como semanal, mensal e anual, tende a ter acoplamento inferior.

Os interessados podem enviar sugestões para aperfeiçoamento dos indicadores para [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br). A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.

## 13º Encontro Anual do Mercado Livre volta a ser presencial na Bahia

### Matéria em 1 minuto:

- A 13ª edição do Encontro Anual do Mercado Livre ocorre presencialmente na Bahia com autoridades do setor;
- O evento contou com uma homenagem ao presidente executivo da Abraceel, Reginaldo Medeiros, que se despede da presidência executiva da Associação;
- Os painéis abordaram principalmente a abertura de mercado, formação de preços e segurança de mercado.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Entre os dias 25 e 27, acontece o tradicional encontro anual do mercado livre, desta vez com a volta do evento de forma presencial no Tivoli Eco Resort Praia do Forte na Bahia. Reginaldo Medeiros, Presidente Executivo da Abraceel, participa do painel “Perspectivas para o mercado livre de energia em 2022”, Bernardo Sicsú, Diretor de Eletricidade e Gás, no painel “Caminhos para a evolução da segurança de mercado” e Alexandre Lopes, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação, no painel “Viabilizando a abertura total do mercado de energia em 2024”.

Destacamos mais uma entrega simbólica do certificado de operador do mercado de energia para os aprovados na prova de certificação, que em 2021 foi liderada pela CCEE pela primeira vez.

O evento também contou com uma homenagem ao presidente executivo da Abraceel, Reginaldo Medeiros, que se despede da presidência executiva da Associação. Hermano Pinto entregou placa do CanalEnergia e Rodrigo Ferreira, que irá assumir o cargo de Reginaldo em janeiro, fez breve fala em sua homenagem.

### Perspectivas para o mercado livre de energia em 2022

Na tarde do dia 25, foi realizado o painel “Perspectivas para o mercado livre de energia em 2022”, no qual Reginaldo Medeiros foi moderador e contou com a participação de representantes do BTG Pactual, MME, Neal, FASE e CCEE.

Os principais pontos abordados nesse painel foram a evolução regulatória, as perspectivas de negócio para o próximo ano e o impacto das eleições no setor elétrico. Além do estudo para a abertura da alta tensão, inicialmente, e depois para a baixa tensão. Reginaldo destacou a necessidade de se estabelecer um cronograma claro para a abertura do mercado, de forma que os agentes possam estar preparados para as novas oportunidades que poderão surgir com os novos consumidores livres.





Agnes da Costa, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios do MME, fez a apresentação inicial destacando o árduo trabalho frente aos desafios de 2020, com a pandemia da Covid-19, e de 2021, com a crise hídrica. Além disso, abordou o avanço da transição energética como oportunidade para os agentes. Ao fim, ressaltou que o Governo está aberto a provocações e solicitou ao setor que envie propostas para análises.

Todos os palestrantes desse painel se demonstraram favoráveis à abertura total do mercado, com destaque à fala da Conselheira da CCEE, Roseane dos Santos, que reforçou que a abertura e a segurança de mercado são as pautas prioritárias para a Câmara.

### **Caminhos para a evolução da segurança de mercado**

No segundo dia do evento, 26.11, está previsto que Bernardo Sicsú, modere o painel que discute aprimoramentos previstos na segurança de mercado, e que conta com a participação da CCEE, Volt Robotics, Eneva e BBCE.

O tema está centrado nas Notas Técnicas da CCEE, os impactos da segurança no mercado, o papel da Agência reguladora, além da atuação dos agentes de mercado. Nesse painel será também discutido o Estudo Abraceel de monitoramento da alavancagem.

### **Viabilizando a abertura total do mercado de energia em 2024**

A segunda roda de debates do dia 26.11 prevê Alexandre Lopes na moderação no painel que visa compreender as perspectivas para a abertura total do mercado, com a participação do MME, na pessoa do Secretário de Energia, Christiano Vieira, Dep. Paulo Ganimé, Abradee, CCEE, Tradener, Thymos Energia e Abeeólica.

Os debatedores abordarão as questões de implementação da modernização, estudos para viabilização da abertura, impactos no mercado regulado e as medidas necessárias para atuação em 2022 e 2023, além dos projetos que ainda estão em tramitação na Câmara dos Deputados, PLs 1917/15 e 414/21.

### **O mercado livre e a crise hídrica: expectativas para 2022**

Ainda no dia 26.11, Luiz Barata, consultor do ICS, modera o painel dos impactos da crise hídrica no mercado livre. O painel conta com a participação de representantes da PSR, Abrapch, MME, América Energia e ONS.

Nele serão discutidas as perspectivas para operação, os impactos no preço, a adaptação de mercado e a migração de consumidores.

## Nova Resolução do CNPE é publicada com erro

### Matéria em 1 minuto:

- Erro que será retificado em breve pelo MME indicava a necessidade de as alterações nos dados de entrada serem comunicadas em intervalo não inferior a um mês do PMO em que seriam implementadas para que tivessem efeito tanto na formação de preços como na definição da política operativa;
- Foi mantido o prazo de 31 de julho para aprovação dos aprimoramentos propostos, bem como a necessidade de realização de consulta pública;
- O maior destaque foi o advento de trecho que remete ao ONS a responsabilidade de buscar a melhor representação possível nos modelos via dados de entrada.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Foi publicada a [Resolução CNPE 22/21](#), que substitui as resoluções CNPE 01/07 e 07/16. Ela estabelece diretrizes visando garantir a coerência e a integração das metodologias e programas computacionais utilizados pelo MME, pela EPE, pelo ONS e pela CCEE. O documento segue a minuta divulgada no início deste ano, à exceção de um [erro já reconhecido pelo MME](#), que anunciou que será retificado o segundo parágrafo do artigo 6º, de forma a fazer a seguinte correção:

***“Alterações nos dados de entrada que não decorrerem de correção de erros ou de atualização com calendário predefinido, conforme regulação da ANEEL, deverão ser comunicadas aos agentes com antecedência não inferior a um mês do Programa Mensal de Operação – PMO em que serão implementadas para que tenham efeitos na formação de preço e na definição da política operativa.”***

Conforme reconheceu o MME, essa retificação é necessária para que se possa dar seguimento à política de utilização das melhores informações no que tange à operação e respeitar a previsibilidade no que concerne à formação de preço.

Ademais, a referida resolução apresenta algumas mudanças em relação àquelas que substituiu. Um exemplo são a listagem das metodologias de responsabilidade da CPAMP que, segundo a resolução, incluem, entre outras:

- I – Planejamento da expansão;
- II - Planejamento e programação da operação;
- III – Definição e cálculo da garantia física dos empreendimentos de geração; e
- IV – Formação de preço no setor de energia elétrica.



Também foi incluído trecho que incube à CPAMP propor aprimoramentos à construção da política de operação dos programas computacionais. Adicionalmente, surgiu o seguinte trecho, inédito a antiga Resolução CNPE 07/16:

***“Os aprimoramentos de que trata o caput deverão buscar aderência ao nível de aversão ao risco adotado na política operativa, considerando inclusive as medidas adicionais eventualmente utilizadas com vistas à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético.”***

Também é novidade:

***“Por proposição do Ministério de Minas e Energia, a CPAMP poderá realizar estudos sobre diretrizes gerais para metodologias e modelos de suporte ao planejamento da expansão, ao cálculo de garantia física, ao planejamento e à programação da operação e formação de preço no setor elétrico que possam afetar a coerência de que trata o caput do art. 1º.”***

Manteve-se a prerrogativa de uma consulta pública para aprovação dos aprimoramentos propostos, assim como o prazo de aprovação até 31 de julho de cada ano. Uma única mudança em relação aos prazos foi de que as alterações aprovadas poderão entrar em vigor no ano subsequente ou em data posterior indicada pela CPAMP. Ademais, foi incluída uma etapa no rito de aprovação: a promoção de medidas pelas instituições que compõem a CPAMP, no âmbito de suas competências e ritos próprios.

Ademais, não se modificou a responsabilidade já estabelecida da ANEEL de realizar a gestão dos dados de entrada da cadeia de modelos computacionais. Uma novidade é que o ONS deverá considerar, na definição da política operativa, a melhor representação possível nos modelos por meio de dados de entrada, sob regulação e fiscalização da ANEEL.

Após a publicação da Resolução CNPE corrigida, é esperada a publicação de Portaria MME conforme minuta divulgada, que elenca os aprimoramentos nos modelos que competem à Cpamp, bem como estabelece a governança interna da Comissão.



# ABRACEEL NA MÍDIA

CanalEnergia.com.br / ARTIGOS / MERCADO / MERCADO LIVRE

POLÍTICA NEGÓCIOS E EMPRESAS OPERAÇÃO EXPANSÃO MERCADO POR SEGMENTO GERAÇÃO TRAN

MERCADO COMERCIALIZAÇÃO MERCADO LIVRE - 4 de novembro de 2021

## Precisamos conversar sobre a segurança de mercado

Ao contrário do que alguns dizem, o segmento de comercialização tem total compromisso com o tema e tem contribuído com práticas efetivas, como o monitoramento da alavancagem, pois é muito claro para os comercializadores que um ambiente comercial mais favorece os negócios, a eficiência de mercado e as bases para a tão almejada portabilidade da conta de luz.

**PRECISAMOS CONVERSAR SOBRE SEGURANÇA DE MERCADO**

**I Canal Energia**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



**BOLETIM ABRACEEL - NOVEMBRO**

**I Site Abraceel**

[Acesse o documento clicando aqui.](#)





## CURTAS

### **Atualização sobre o Decreto de ICMS da Sefaz/SP**

A Abraceel teve informação de que a alteração do Decreto 65.823/2021, que dispõe sobre a tributação de ICMS em São Paulo, e as portarias de operacionalização estão em fase final de elaboração. Na sequência, os normativos deverão ser aprovados pela Secretaria de Fazenda e o Governo do Estado, com expectativa de que isso ocorra em dezembro deste ano, sem perspectiva de novo adiamento de sua vigência. A Abraceel permanece tentando com a Secretaria o agendamento de reunião para tratar desse tema.

### **Procedimento de credenciamento das Câmaras Arbitrais na CCEE**

Com a aprovação da nova Convenção Arbitral em 19.10 pela Assembleia da CCEE, agora é possível a escolha da Câmara de Arbitragem pela parte interessada em iniciar tal processo, dentre as Câmaras homologadas pela CCEE. Nesse sentido, enquanto a nova Convenção Arbitral está sendo analisada pela Aneel, para homologação, o que deve ser concluído até janeiro, a CCEE iniciou a discussão com as associações setoriais do procedimento de homologação e credenciamento das Câmaras, em reunião realizada no dia 19.11. A CCEE propõe critérios de credenciamento como i) ter reconhecida idoneidade, competência e experiência, ii) compro-

meter-se a disponibilizar banco de jurisprudência, iii) comprometer-se que os árbitros conheçam a Convenção Arbitral, iv) avaliar e receber garantias, entre outros. O credenciamento seria por prazo indeterminado e o descredenciamento aconteceria em caso de notório descumprimento desses critérios, a partir de iniciativa dos agentes, da CCEE ou da própria Câmara Arbitral, e não afetaria os procedimentos arbitrais já instaurados. As Câmaras que já têm Acordo SLA firmados passariam pela homologação e já manifestaram que se enquadram nos critérios propostos. Adicionalmente, a CCEE sugere prazo de 90 dias após a homologação para que a Câmara implemente o banco de jurisprudência. A Abraceel encaminhou a minuta de procedimento para o Grupo Técnico e recebe contribuições das associadas até o dia 01.12. A apresentação realizada pela CCEE está disponível na área restrita, seção Documentos Gerais.

### **Abraceel, BBCE e CCEE lançam novo e-book da série de Derivativos de Energia, contamos com a sua presença!**

Dando sequência à série de e-books sobre Derivativos de Energia, Abraceel, BBCE e CCEE irão realizar o lançamento de um novo volume com o tema “Supervisão e Monitoramento”. O livro abordará a importância do tema para o mercado de derivativos, além de compartilhar conhecimento e boas práticas. O evento de lançamento será no dia 01.12, às 15h e as informações de acesso serão enviadas em breve. Contamos com a presença de todos!





## Reginaldo Medeiros participa do Mês da Energia da Acate

No dia 23.11, Reginaldo Medeiros, presidente executivo da Abraceel, participou do Mês da Energia da Associação Catarinense de Tecnologia (Acate), no painel “Modernização do setor elétrico com a abertura do mercado livre” promovido pela Comerc Futuro e Way2. Na ocasião, Marcelo Loureiro, Conselheiro da CCEE, apresentou o estudo da Câmara de abertura do mercado. Reginaldo abordou a demora na abertura do mercado, apresentando soluções para os pontos que são levantados como empecilhos para a liberdade de escolha. Além disso, reforçou a importância de se aprovar um cronograma claro de abertura do mercado de energia e do desafio da comunicação entre setor e sociedade para o entendimento da importância desse tema.



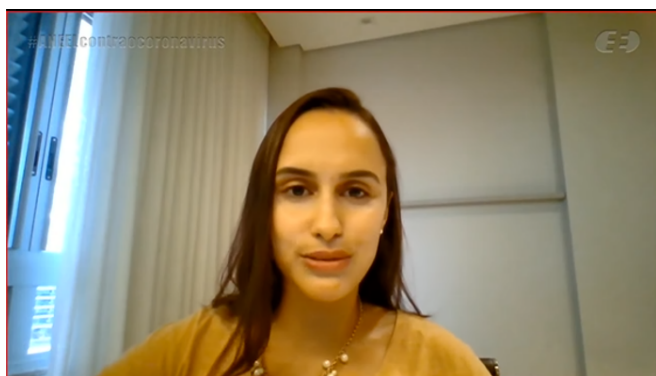
## STF julga inconstitucional alíquota majorada de ICMS para os serviços de energia e telecomunicação

No dia 22.11, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria pela inconstitucionalidade da aplicação de alíquota majorada de ICMS para os serviços de energia e telecomunicação. Tratou-se de recurso extraordinário em que se discutiu uma Lei estadual de Santa Catarina, onde constava alíquota de 25% para o ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica e serviços de telecomunicação, quando a alíquota média, aplicável a maior parte das demais atividades, é de 17%. Pelo princípio da essencialidade, os Estados estariam obrigados a aplicar alíquotas diferenciadas e reduzidas para serviços tidos como essenciais, ao passo que os considerados supérfluos sofreriam uma maior carga tributária.

Portanto, por 8 votos a 3, a tese foi julgada reconhecendo como inconstitucionais os dispositivos legais que estipulem alíquotas majoradas de ICMS para operações de energia elétrica e telecomunicações. O STF ainda decidirá a partir de quando os efeitos dessa decisão valerão.

## Aneel adia operacionalização de novos produtos do MVE

No dia 23.11, a Diretoria da Aneel deliberou sobre o resultado da CP 55/2021, que trata das Regras de Comercialização de 2022. No fechamento da CP, a área técnica da Aneel ainda manteve a proposta submetida à CP de postergar a operacionalização dos novos produtos mensais e plurianuais do MVE até a definição dos critérios de repasse tarifário, tema que está travado na AP 25/2019, ainda em discussão. A justificativa é mitigar a possibilidade de ocorrência de prejuízo às distribuidoras. A Abraceel, representada por Yasmin Martins, realizou sustentação oral para reforçar o pedido, feito na contribuição escrita, para que a operacionalização dos novos produtos do MVE não tivesse essa condicionante, tendo em vista a importância do MVE como vaso comunicante entre os ambientes livre e cativo.



A Diretora-Relatora Elisa Bastos, entretanto, manteve a posição orientada pela área técnica, voto que foi seguido pelos demais diretores. Portanto, o calendário de processamentos do MVE atualmente será o indicado abaixo. A Abraceel solicitou celeridade na deliberação da AP 25/2019, também sob relatoria da Diretora

Elisa Bastos, e que está sob voto-vista do Diretor Hélivio Guerra, o tema deverá ser deliberado na próxima reunião da Diretoria da Aneel. Outro ajuste nas Regras 2022 diz respeito à desconsideração da parcela de geração inflexível na apuração do custo de deslocamento. A Aneel entende que se tratou de erro na implementação da norma, portanto tais valores serão corrigidos desde a sua implementação, em janeiro de 2015. Assim, os valores pagos a maior pelos consumidores aos geradores serão devolvidos por meio de recontabilizações no MCP.

Produto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mensal (M-1, M-2 e M-3)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Trimestral			X			X			X			X
Semestral (1o)						X	X	X	X	X	X	X
Semestral (2o)	X	X	X	X	X	X						X
Anual (A-1)						X						X
Bienal (A-1 a A-2)					X							
Trienal (A-1 a A-3)					X							
Quadrienal (A-1 a A-4)					X							
Quinquenal (A-1 a A-5)					X							

**Preto:** produtos já em vigor;

**Verde:** novos produtos previstos na REN 904/2020;

**Vermelho:** produtos postergados até definição dos critérios de repasse tarifário.

## Você é nosso convidado para o Workshop com a PSR do estudo sobre modelos

ESTUDO PSR SOBRE APRIMORAMENTOS NA FORMAÇÃO DE PREÇOS POR MODELOS

**APRESENTAÇÃO DA MINUTA DO RELATÓRIO**



**07.12**  
ÀS 15H

COM A PRESENÇA DO  
**LUIZ BARROSO**  
DIRETOR PRESIDENTE DA PSR


 REUNIÃO VIA ZOOM

Dando continuidade ao estudo sobre aprimoramentos na formação de preços por modelos, a Abraceel encaminhou por e-mail a minuta do relatório final para

contribuições das associadas. Esse relatório será apresentado pela PSR no dia 07.12, às 15h, às associadas da Abraceel. Contamos com a presença de todos! As informações de acesso também foram enviadas por e-mail no dia 24.11.

## **Novos GTs do Comitê PMO-PLD irão buscar aproximar os modelos e realidade operativa**

Durante o PMO de dezembro foi informada a criação de cinco novos grupos de trabalho de caráter permanente no âmbito do Comitê PMO-PLD. A criação foi aprovada em reunião da Comissão Deliberativa em 22.11, quando também foram aprovadas as atividades iniciais desses grupos e respectivos cronogramas. O objetivo dos GTs é contribuir para a aproximação entre os resultados dos modelos e a realidade operativa no SIN, objetivo também defendido pela Abraceel.

### Subcomitê Temático Dados, Processos e Regulação

- i) GT Dados Técnicos de Usinas Hidroelétricas: irá avaliar os impactos de atualizações dos dados técnicos das usinas hidroelétricas nos modelos.
- ii) GT Representação de restrições hidráulicas: irá discutir a representação das condicionantes e diretrizes hidráulicas nos modelos, visando aumentar a previsibilidade dessas informações. A primeira atividade desse GT será a representação dos condicionantes da Bacia do Rio São Francisco.
- iii) GT Dados Hidrometeorológicos: visa

aprimorar os dados hidrometeorológicos observados.

### Subcomitê Temático Modelos Satélites

iv) GT Representação de Cenários Hidrológicos: aprimorar a modelagem e representação das aflúências informadas pelos modelos satélites, fornecendo informações mais completas sobre as vazões e sua incerteza. O GT é uma ampliação do atual GT SMAP (uso do SMAP no horizonte estendido no Decomp).

v) GT Representação da Geração Eólica e Solar Fotovoltaica: visa aprimorar a representação da geração dessas fontes como insumo dos modelos. O GT é uma ampliação do atual GT Geração Eólica (uso da previsão de geração eólica na 1ª semana do Decomp).

Os agentes interessados nos grupos devem se inscrever na página do CT PMO-PLD.

## **Segurança Cibernética**

Foi publicada a Resolução CNPE 24/21, que aprova as diretrizes de segurança cibernética para o setor elétrico. Entre as diretrizes, destacam-se: (i) a orientação para que agentes implementem ações de gerenciamento de riscos e ameaças cibernéticas; (ii) o estabelecimento de requisitos de controles mínimos de segurança cibernética para o setor; e (iii) estabelecimento de estrutura de coordenação setorial para atuação em incidentes cibernéticos no setor elétrico. Cada uma foi alocada sob coordenação de um ou dois dos seguintes órgãos: ANEEL, MME e ONS.



## Reunião da Diretoria da Aneel

Deverá ser discutido na próxima reunião de diretoria da ANEEL, no dia 30.11, o resultado parcial da AP 25/19, cujo objetivo é obter subsídios para o aprimoramento do Módulo 4 e do Submódulo 6.1 dos PRORET. Os referidos aprimoramentos incluem a definição dos critérios de repasse tarifário do MVE, atual entrave para a operacionalização de novos produtos mensais e plurianuais do mecanismo, conforme curta neste Relatório **"Aneel adia operacionalização de novos produtos do MVE."**

## Abertura de Tomadas de Subsídios

A ANEEL divulgou a abertura de duas tomadas de subsídios: (i) a [TS 17/21](#), que visa adequar os Procedimentos de Comercialização à REN 904/20 e às Regras de Comercialização de Energia Elétrica 2022; e (ii) a [TS 18/21](#), cujo objetivo é obter subsídios para o aprimoramento do uso de novas versões dos modelos Decomp (versão 31) e Gevazp (versão 9). Os prazos de contribuição são, respectivamente, 07.01.22 e 24.12.21.

## Danyelle Bemfica é aprovada na Prova de Certificação de Operadores do Mercado

No dia 25.11, a CCEE disponibilizou o resultado da Prova de Certificação de Operadores do Mercado de Energia Elétrica de 2021. A Assessora de Energia da Abraceel, Danyelle Bemfica, foi aprovada entre os

130 inscritos. A Abraceel está muito feliz com essa conquista e parabeniza a Assessora.



 **PRÓXIMA SEMANA**

**29.11 – Segunda-feira:** Reginaldo Medeiros e Rodrigo Ferreira se reúnem com o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para apresentação do novo presidente da Abraceel a partir de 2022, às 17h.

**30.11 – Terça-feira:** Ângela Oliveira, Diretora de Relações Institucionais da Abraceel, será expositora no evento Smart Grid Fórum, em São Paulo, às 8h30;

Vice-Presidência de Energia se reúne com Renata Rosada, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos do MME, para debater a modernização do setor elétrico, às 14h;

Diretoria Executiva se reúna com o diretor Sinval Gama do ONS, para apresentação do Match da Energia, site desenvolvido em parceria com a Volt Robotics, às 15h.

**01.12 – Quarta-feira:** Em parceria com a BBCE e CCEE, a Abraceel promove evento de lançamento de e-book Derivativos no mercado de energia - Supervisão e Monitoramento, às 15h.

**02.12 – Quinta-feira:** Abraceel realiza AGO Estatutária para deliberar a proposta de orçamento para 2022 e o documento de planejamento estratégico, às 9h30. Os dados serão enviados pela empresa Eleja Online e a convocação foi enviada aos representantes, via e-mail, dia 23.11;

Reunião do Conselho da Abraceel aberta à participação das associadas, às 10h30.

 **CALENDÁRIO ABRACEEL****Dezembro**

**07.12 - Terça-feira:** – Workshop PSR para apresentação da minuta do relatório do Estudo de aprimoramentos nos modelos de formação de preço, às 15h.